

**PEDAGOGIA E
PEDAGOGOS,
PARA QUÊ?**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Libâneo, José Carlos
Pedagogia e pedagogos, para quê? / José Carlos Libâneo.
– 12. ed. – São Paulo, Cortez, 2010.

Bibliografia
ISBN 978-85-249-0697-8

1. Educação 2. Pedagogia 3. Pedagogia como profissão
I. Títul

98-4189

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Pedagogia 3

José Carlos Libâneo

PEDAGOGIA E PEDAGOGOS, PARA QUÊ?

12ª edição

9ª reimpressão

 **CORTEZ
EDITORA**

PEDAGOGIA E PEDAGOGOS, PARA QUÊ?

José Carlos Libâneo

Capa: Adriano Leonardi Libâneo sobre tela de Bruegel, *O burro na escola* (1556)

Preparação de originais: Agnaldo A. Oliveira

Revisão: Maria de Lourdes de Almeida

Tradução: Maria Aparecida Baptista

Composição: Dany Editora Ltda.

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa do autor e do editor.

© 1998 by Autor

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 317 — Perdizes

05009-000 — São Paulo-SP

Tel.: (011) 3864-0111 Fax: (011) 3864-4290

e-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil — agosto de 2025

*Para Lana,
Daniela e Adriano,
André, Diogo e Lucas,
com quem, no cotidiano das dádivas e percalços do amor,
aprendo ritmos, diferenças, gostos, saberes, estilos de
pensar, de sentir, de agir. O tempo e o modo.*

*Então, educamos e somos educados. Ao compartilharmos,
no dia-a-dia do ensinar e do aprender, idéias, percepções,
sentimentos, gestos, atitudes e modos de ação, sempre
ressignificados e reelaborados em cada um, vamos
internalizando conhecimentos, habilidades, experiências,
valores, rumo a um agir crítico-reflexivo, autônomo, criativo
e eficaz, solidário. Tudo em nome do direito à vida e à
dignidade de todo o ser humano, do reconhecimento das
subjetividades, das identidades culturais, da riqueza de uma
vida em comum, da justiça e da igualdade social. Talvez
possa ser esse um dos modos de fazer pedagogia.*

SUMÁRIO

Apresentação à 2ª edição	9
Prefácio	17
Apresentação	21
Capítulo I	
O CAMPO DO CONHECIMENTO PEDAGÓGICO E A IDENTIDADE	
PROFISSIONAL DO PEDAGOGO	25
Um conceito ampliado de educação e de Pedagogia	26
Pedagogia como teoria e prática da educação	29
A Pedagogia e as ciências da educação	37
A formação de pedagogos	38
Capítulo II	
QUE DESTINO OS EDUCADORES DARÃO À PEDAGOGIA?	43
Breve referência histórica	45
A especificidade do conhecimento pedagógico	51
Áreas de atuação profissional do pedagogo	58
Por que o pedagogo especialista ou pedagogo escolar	60
Quem é contra a Pedagogia?	63
Capítulo III	
OS SIGNIFICADOS DA EDUCAÇÃO, MODALIDADES DE PRÁTICA	
EDUCATIVA E A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL	69
O conceito de educação	71
Algumas definições clássicas de educação	74
Outros sentidos da educação: instituição, processo, produto	83

As modalidades de educação: informal, não-formal, formal	86
Setorização dos serviços educacionais	92
Educação, objeto de estudo da Pedagogia	95

Capítulo IV

EDUCAÇÃO: PEDAGOGIA E DIDÁTICA — O CAMPO INVESTIGATIVO DA PEDAGOGIA E DA DIDÁTICA NO BRASIL: ESBOÇO HISTÓRICO E BUSCAS DE IDENTIDADE EPISTEMOLÓGICA E PROFISSIONAL	105
A problemática da identidade do campo do conhecimento pedagógico	106
O desenvolvimento da ciência pedagógica no Brasil e o quadro atual	113
Em busca da identidade científica da Pedagogia. Pedagogia e didática	135

Capítulo V

PEDAGOGIA E MODERNIDADE: PRESENTE E FUTURO DA ESCOLA	159
Vicissitudes e impasses atuais da Pedagogia	161
A Pedagogia no embate entre modernidade e pós-modernidade	173
A escola diante das realidades contemporâneas	194

APRESENTAÇÃO À 2ª EDIÇÃO

É sempre gratificante a um autor saber que seu trabalho foi bem recebido pelos seus leitores. No caso deste livro, comprova que muitos educadores sentiram-se provocados pelos temas tratados. O momento atual explica, em parte, esse interesse. Em 1997, a Secretaria de Educação Superior do MEC convocou as IES a apresentar propostas de novas diretrizes curriculares dos cursos superiores, a serem, em seguida, elaboradas por comissões de especialistas. Nessas propostas foram também incluídas as licenciaturas. Também o curso de Pedagogia teve sua comissão de especialistas, cuja proposta foi divulgada em maio passado. Presentemente, há um Grupo de Trabalho designado pela SESu, incumbido de elaborar documento norteador das diretrizes curriculares para as licenciaturas, a ser posto em discussão na comunidade de profissionais da educação.

Continua, pois, em evidência o tema da formação de professores e pedagogos, assim como o curso de Pedagogia. Os leitores — pedagogos, professores, gestores de sistemas, pesquisadores — sabem que tem sido difícil obter consenso sobre questões cruciais: o que deve ser um curso de Pedagogia, o que define um trabalho como “pedagógico”, em que consiste a formação pedagógica e o exercício profissional do pedagogo, se há lugar para especializações ou habilitações, qual a diferença entre pedagogo e professor, pedagogo e educador etc. Várias entidades de educadores, faculdades de educação, cursos de li-

cenciatura, em congressos e encontros, têm produzido documentos sobre essas questões sem que se tenha chegado até hoje a diretrizes norteadoras mais explícitas quanto ao perfil profissional e à estrutura organizacional e curricular dos cursos de formação de professores e pedagogos.

Esses temas são contemplados nos vários capítulos do livro. Quero, apenas, retomar alguns pontos referentes ao curso de Pedagogia, aquele que tenho chamado de pedagogia *stricto sensu*, o ponto mais vulnerável das discussões. É do conhecimento dos educadores e pesquisadores que a ANFOPE lidera, há quase 20 anos, o movimento de reformulação dos cursos de formação dos profissionais da educação. Trata-se de uma entidade de bastante tradição, que formou um lastro considerável de lutas pelos seus objetivos, e que defende um curso de Pedagogia baseado na formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental. Há temas de grande relevância na pauta de discussões da ANFOPE, como a exigência de formação em nível superior dos professores da 1ª à 4ª séries, a valorização profissional do professor, a postulação da base comum nacional, a gestão democrática na escola. Mas há educadores que não se sentem à vontade para aderir *in totum* às teses da ANFOPE, especialmente quanto à identificação do curso de Pedagogia com uma licenciatura, o que decorre de sua tese maior, a docência como base da formação pedagógica.

Penso não estar sozinho ao afirmar que as modificações curriculares influenciadas pelas propostas do movimento de reformulação dos cursos de formação dos profissionais da educação acabaram por comprometer características positivas do curso de Pedagogia regido pela Resolução CFE nº 252/69. A sobrecarga no currículo de disciplinas ligadas à formação de professores das séries iniciais do antigo 1º grau levou à diminuição do peso das disciplinas teóricas (fundamentos da educação, currículo, avaliação, teorias da educação) e, especificamente, das disciplinas que identificavam mais o exercício profissional do pedagogo incluídas nas habilitações (goste-se ou não, as habilitações asseguravam, de fato, conteúdos e práticas concernentes ao desempenho de funções de pedagogo, como os princípios e

métodos da administração escolar, fundamentos da supervisão e orientação educacional, planejamento educacional, didática, medidas educacionais, práticas de gestão, métodos e técnicas de pesquisa etc.). Muitos pedagogos se perguntam hoje: Onde estão os especialistas de planejamento da educação, administração de sistemas, avaliação educacional e avaliação da aprendizagem, pesquisa pedagógica específica etc.? Os atuais cursos estão formando profissionais competentes nessas áreas? Será possível formar esses especialistas no mesmo curso de formação de professores em 3.200 horas, como quer a ANFOPE? Não se trata de saudosismo nem de corporativismo. A questão-chave é que a identificação dos estudos sistemáticos de pedagogia com o curso de licenciatura para a formação de professores para as séries iniciais, a supressão em alguns lugares da formação de especialistas (ou do pedagogo não diretamente docente), a redução da formação do pedagogo à docência, o esvaziamento da teoria pedagógica, acabaram por descaracterizar o campo teórico-investigativo da Pedagogia e das demais ciências da educação, retirando da universidade os estudos sistemáticos do campo científico da educação e a possibilidade de formar o pedagogo para as pesquisas específicas na área e exercício profissional. Esse é o núcleo da minha contestação.

Tenho, pois, discordâncias bastante pontuais em relação às teses defendidas atualmente pela ANFOPE e julgo-me no direito de explicitá-las, como venho fazendo há quase 10 anos. Minhas causas, como sei que são as dos associados da ANFOPE, são de natureza pública: a educação para todos, a melhoria da formação do professorado, a melhoria da gestão e supervisão das escolas e da organização do trabalho pedagógico. Mas democracia pressupõe posições diferentes, o debate de idéias. Democracia nunca foi sinônimo de concordância; ninguém é menos democrata por discordar de pontos de vista de organizações ou entidades.

Meu ponto de vista é de que a tese da identificação do curso de Pedagogia com a formação de professores, ou seja, uma licenciatura, foi gestada em razão de circunstâncias históricas peculiares da história da educação deste país. Foi isto que

pretendi mostrar no capítulo IV do meu livro. Os legisladores, em todos esses anos desde 1939, tentaram equacionar a formação do pedagogo *stricto sensu* e a formação de professores num curso só, mas foram reincidentes as tentativas de reduzi-lo à formação de professores. Desse modo, a tese de que a formação de todo educador deve ter por base a docência precisa ser entendida dentro de posicionamentos localizados de intelectuais, em momentos históricos específicos da educação brasileira. Tudo o que é histórico é mutável. Conquistas históricas, por mais agueridas que tenham sido, não podem ser cristalizadas. A redução do trabalho pedagógico à docência não pode, portanto, constituir-se em algo imutável. Nem mesmo chega a ser uma questão de cunho epistemológico ou conceitual. As novas realidades estão exigindo um entendimento ampliado das práticas educativas e, por conseqüência, da pedagogia. Além disso, no mundo inteiro existem cursos específicos de Pedagogia (em alguns lugares denominados “ciências da educação”) distintos dos cursos de formação de professores.

O desdobramento mais recente das vicissitudes do curso de Pedagogia pode ser explicado a partir de fatos notórios: o Brasil viveu 21 anos de ditadura militar, cujo impacto político e social afetou vários campos, mormente o da educação. A contestação do regime se fazia necessária, e contra ele mobilizaram-se muitos militantes políticos, profissionais, intelectuais, organizações de esquerda. A grande luta nesses anos precisou ser muito mais política do que técnica, em função de desenvolver consciência política das pessoas, de criar espaços democráticos, de incentivar a prática das assembléias, reuniões, movimentos, desenvolver formas participativas de gestão. Ora, quem ocupava mais esses espaços eram predominantemente os sociólogos, filósofos e militantes políticos. É claro que também os pedagogos se engajaram na resistência à ditadura militar e precisavam fazê-lo. No entanto, muitos deles deixaram de lado seu trabalho específico — ligado à internalidade das práticas escolares e dos processos do ensino e aprendizagem — incorporando o discurso sociológico, mas distanciando-se da problemática teórico-prática de sua área. Não que os pedagogos não de-

vessem ter um ideário político e se alinhar aos demais intelectuais na luta política maior. O problema foi o de muitos deles não terem compreendido que a própria ação pedagógica dentro das escolas e das salas de aula era também uma prática política, sem prejuízo da sua inserção nas lutas políticas mais amplas.

A meu ver, a abordagem sociologizada da formação do educador, assumida pelo movimento pela formação de educadores, gerou uma visão “militante” do profissional da educação. De acordo com essa abordagem, bastaria ao professor ter uma visão política, globalizante, das relações educação-sociedade, compromisso político etc. e o resto viria por acréscimo. É verdade que esta ênfase no compromisso político correspondia às características daquele momento histórico, mas é necessário reconhecer que esse empenho na construção de um projeto nacional democrático precisava ter correspondência com práticas pedagógico-didáticas, curriculares, no interior do processo de ensino e aprendizagem, nas práticas de ensino. Foi um grande equívoco dissolver o específico da prática educativa nas salas de aula (a aprendizagem, o crescimento cognitivo dos alunos etc.) na prática política. Faltou entender que também um trabalho bem-feito com as crianças no interior das salas de aula também era ato político, e dos mais nobres. O discurso especificamente pedagógico foi, assim, afastado das discussões e em alguns casos chegou a ser rechaçado, em decorrência de todo um preconceito que sempre se alimentou contra a Pedagogia como campo de conhecimento e contra os pedagogos de profissão. Na prática, essa tendência resultou, em vários lugares, na negação explícita do campo próprio de estudos da Pedagogia (e, por decorrência, da Didática). É em boa parte por isso que a licenciatura para a formação de professores de 1ª a 4ª passou a ser chamada inadequadamente de pedagogia.

A justificativa dessa caracterização da Pedagogia, defendida pelo movimento de reformulação dos cursos de formação dos profissionais da educação, hoje ANFOPE, é o conhecido lema: a docência é a base da identidade profissional do educador. Penso que essa afirmação incorre num equívoco lógico-conceitual. A pedagogia é uma reflexão teórica a partir e sobre

as práticas educativas. Ela investiga os objetivos sociopolíticos e os meios organizativos e metodológicos de viabilizar os processos formativos em contextos socioculturais específicos. Todo educador sabe, hoje, que as práticas educativas ocorrem em muitos lugares, em muitas instâncias formais, não-formais, informais. Elas acontecem nas famílias, nos locais de trabalho, na cidade e na rua, nos meios de comunicação e, também, nas escolas. Não é possível mais afirmar que o trabalho pedagógico se reduz ao trabalho docente nas escolas. A ação pedagógica não se resume a ações docentes, de modo que, se todo trabalho docente é trabalho pedagógico, nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente. Uma mãe é uma pedagoga, mas não é docente. O MST faz um trabalho pedagógico, mas não necessariamente um trabalho docente, a não ser quando reúnem suas crianças nas salas de aula ou os militantes para, por exemplo, estudar o aprimoramento de práticas agrícolas. O pedagógico e o docente são termos inter-relacionados, mas conceitualmente distintos. Portanto, reduzir a ação pedagógica à docência é produzir um reducionismo conceitual, um estreitamento do conceito de pedagogia. A não ser que os defensores da identificação pedagogia-docência entendam o termo pedagogia como metodologia, como procedimento de ensino, como a prática do ensino, que é um entendimento mais vulgarizado de pedagogia. Mas pensar assim significa desconhecer os conceitos mais elementares da teoria educacional.

É claro que esse reducionismo, descaracterizando a Pedagogia como campo teórico-investigativo e identificando-a com uma licenciatura, teve conseqüências na discussão sobre o papel das faculdades de educação. Muitos não aceitam essa ligação, mas creio que minha argumentação ajuda a entender a questão. Uma vez dispensadas as habilitações (como já escrevi, em boa parte as habilitações caracterizavam o específico da pedagogia) e reduzindo-se o papel das faculdades de educação a proporcionar licenciatura para formar professores para as séries iniciais e para o curso normal, não se teria mais o curso de Pedagogia (*stricto sensu*). Ou seja, não haveria mais sentido a existência das faculdades de educação, bastando transformá-las em

centros de formação de professores. (Não estaria aí a origem da denominação “Institutos Superiores de Educação”?).

Outras questões e outras discussões, o leitor as encontrará lendo o livro. Ainda há tempo de elas serem consideradas na organização dos estudos necessários à formação dos profissionais da educação. Reitero minha posição de que as faculdades de educação (ou faculdades de pedagogia?) tenham o curso de Pedagogia (*stricto sensu*) e os cursos de licenciatura para a formação de professores da educação infantil ao ensino médio. Acho, também, indispensável que a formação de professores e pedagogos seja pensada dentro de um sistema nacional de formação de profissionais da educação, a partir do que dispõe o Título VI da Lei nº 9394/96.

Alimento, finalmente, a esperança de que os estudos apresentados neste livro possam servir de suporte a disciplinas que trariam muito proveito à formação profissional dos futuros educadores: Introdução às teorias da educação, Introdução à pedagogia, Teoria da educação.

Goiânia, julho de 1999

PREFÁCIO

Dizer que a publicação deste livro é oportuna é pouco. Ao reunir os textos, fruto de suas pesquisas na última década, seu autor responde a necessidades que estão postas.

Em primeiro lugar, por um contingente maciço de egressos dos cursos de Pedagogia que, curiosamente, não estudaram Pedagogia (sua teoria e sua prática). Exagero? Não. Os cursos de Pedagogia, de modo geral, oferecem a seus alunos estudos disciplinares das ciências da educação (psicologia, filosofia, história, sociologia e outras) que, na maioria das vezes, ao partirem dos campos disciplinares das ciências-mãe para falar sobre a educação, o fazem de maneira meramente disciplinar, sem dar conta da especificidade do fenômeno educativo e, tampouco, sem tomá-lo nas suas realidades histórico-sociais e na sua multiplicidade — o que apontaria para uma perspectiva curricular interdisciplinar.

O que dizer então do profissional pedagogo? Se professor (professor de quê?), passa a ter seu curso dominado por outros estudos disciplinares (os das metodologias e práticas de ensino), que o colocam em situação precária de formação perante os especialistas das áreas.

Acrescente-se que, de modo geral, esses estudos, ao irem direto para a sala de aula, espaço fundamental da docência, ignoram os determinantes institucionais e sociais do ensinar, ao não procederem à articulação, na formação desses professores, dos saberes da docência — os pedagógicos, os de experiência, os

das áreas específicas. A atividade docente, como sabemos, não se reduz a um deles. Essa redução, em certa medida, é responsável pelos resultados de fracasso escolar.

Enquanto isso, a Pedagogia, ciência que tem a prática social da educação como objeto de investigação e de exercício profissional — no qual se inclui a docência, embora nele se incluam outras atividades de educar —, não tem sido tematizada no curso de formação do pedagogo.

Em segundo lugar, este livro é necessário, porque sistematiza a recente, e parca, produção no campo da Pedagogia. Em finais dos anos 70, questionava-se a identidade do curso e do profissional pedagogo. Três teses sobre os especialistas de educação, produzidas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, deram suporte (e respostas) a esse questionamento: *Uma proposta de atuação do orientador educacional na escola pública*, PIMENTA, Selma G. 1985, posteriormente publicada com o título de *O pedagogo na escola pública*, São Paulo, Loyola, 1988; SILVA, Jr. Celestino A. *Supervisão da educação — do autoritarismo ingênuo à vontade coletiva*, São Paulo, Loyola, 1985; e PARO, Vitor. *Administração escolar*, São Paulo, Cortez, 1988. Essas obras deram (e ainda dão) suporte à atuação profissional dos pedagogos, ao re-colocarem a prática da coordenação, da administração e da supervisão pedagógicas diante das novas demandas sociais, a partir da crítica à tradição desses campos.

Por outro lado, no decorrer dos anos 80, a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) encetou o movimento para a re-definição do pedagogo, num primeiro momento, identificando a docência como a base de sua identidade (o que está registrado e problematizado na tese da profa. Iria Brzezinski, *Pedagogia, pedagogos e formação de professores*. Campinas, Papirus, 1996). Essa identificação deu margem, durante muitos anos, a que se considerasse o campo profissional do pedagogo reduzido ao de professor. Recentemente, em pronunciamento na 20ª Reunião Anual da ANPED, 1997, a ANFOPE explicitou seu entendimento de que há um

campo de atuação do pedagogo que ultrapassa a docência. Posição a que chega a partir da análise das várias experiências de reformulação curricular encetadas nos últimos anos, e no atual contexto da aprovação da LDBEN/97.

Em meados dos anos 90, a Pedagogia é colocada em pauta de discussão num contexto nacional e internacional, o que está expresso no livro por nós organizado, *Pedagogia ciência da educação?* São Paulo, Cortez, 1996. Contendo artigos de Pimenta, Nóvoa, Libâneo e Mazzotti, esse livro problematiza as questões do campo de estudos da Pedagogia, apontando-a como uma das ciências que estuda a educação como uma prática (e um fenômeno) complexa e multirreferencial.

O livro do professor Libâneo, com os textos aqui reunidos, leva adiante essa recente produção na área da Pedagogia em nosso país e amplia-a com a problemática do campo profissional do pedagogo.

Certamente será uma obra de referência a ser estudada, debatida e ampliada pelos estudiosos e estudantes de Pedagogia, assim como pelos profissionais pedagogos inseridos nos múltiplos contextos da prática social da educação.

São Paulo, 18 de março de 1998.

Selma Garrido Pimenta

Profa. Titular da Faculdade de Educação — USP

APRESENTAÇÃO

Os textos reunidos neste livro foram escritos para sugerir respostas à pergunta do título: *Pedagogia e pedagogos: para quê?* Com exceção do primeiro capítulo, todos os demais já foram publicados em livros em co-autoria e um como artigo de revista. A reunião de textos esparsos em uma só obra é vantajosa tanto para o autor, que pode apresentar aos leitores uma visão mais ampliada do seu pensamento, como aos próprios leitores, que têm uma idéia mais completa da problemática investigada.

Desde 1990 venho desenvolvendo dois projetos de investigação paralelos e interligados: 1) Especificidade da ciência pedagógica, estruturação do conhecimento pedagógico e formação do pedagogo e 2) A formação profissional de pedagogos e professores diante das exigências do mundo contemporâneo. Ambos propõem investigar o campo de estudos teóricos e aplicados da Pedagogia, visando explicitar seu campo conceitual e seus métodos de investigação e indicar propostas curriculares de formação profissional, mediante pesquisa de fontes bibliográficas, basicamente livros, artigos, teses e dissertações, relatórios de pesquisa. Parte dessa investigação corresponde aos textos já publicados e agora reunidos aqui.

Por que retornar à discussão sobre a Pedagogia e os pedagogos? O assunto não teria se esgotado depois que os próprios pedagogos abriram mão de sua identidade profissional ao fecharem suas entidades representativas, como a Associação Nacional de Supervisores Educacionais e a Federação Nacional

de Orientadores Educacionais? Ou quando algumas faculdades de educação, imaginando estar realizando uma façanha, decidiram transformar o curso de Pedagogia — isto é, de estudos pedagógicos — numa licenciatura para formar professores para o curso normal e para as séries iniciais do ensino fundamental? Penso que o assunto não só não se esgotou como está sendo revigorado. Se, de fato, há professores universitários, entre eles alguns pedagogos, que há anos vêm investindo contra a existência nas faculdades de educação dos estudos pedagógicos específicos, há, também, um numeroso grupo de pedagogos empenhados na busca da legitimidade de postular à Pedagogia um campo próprio de estudos — ainda que não exclusivo — e de um campo bem determinado e claro de exercício profissional.

As questões tratadas nos cinco capítulos seguintes referem-se, assim, à definição e à natureza da Pedagogia, à explicitação de seu objeto de estudo, às suas relações com as demais ciências humanas e sociais com as quais faz parceria, à comprovação dos vários campos de trabalho do pedagogo. Elas são reiteradas em todos os capítulos e, por isso mesmo, o autor pede paciência ao leitor quando encontrar argumentos que terão aparecido nos capítulos anteriores. Isso se deve ao fato de os textos terem sido escritos em diferentes momentos, com diferentes motivações e interlocutores. A seqüência dos textos está mais ou menos em ordem cronológica, de modo que será possível ao leitor acompanhar o aparecimento de novas temáticas, novas questões e, porque não, novos olhares, já que nos últimos anos muitas transformações vêm ocorrendo na sociedade, afetando o campo investigativo da Pedagogia. A prática educativa, o objeto da teoria pedagógica, modifica-se junto com os impulsos transformadores da sociedade. É por isso que o pedagogo polonês Suchodolski chamou a Pedagogia de *ciência sobre a atividade transformadora da realidade educativa*.

O capítulo I apresenta um panorama das proposições sobre o campo do conhecimento pedagógico e a formação profissional do pedagogo, antecipando a discussão de temas que serão tratados mais detalhadamente nos capítulos seguintes.

O capítulo II aborda o objeto de estudo da Pedagogia, a estrutura do conhecimento pedagógico e a identidade profissional do pedagogo, em confronto com parte das idéias defendidas no movimento de educadores pela formação profissional, hoje representado pela Anfope. O texto argumenta em favor da unidade entre a formação pedagógica específica e a formação de professores, mas propõe a distinção entre o curso de Pedagogia (para a formação do pedagogo especialista em estudos e atividades relacionados com a ciência pedagógica) e os cursos de licenciatura (para formação de professores para o ensino fundamental e médio), sem prejuízo de alternativas de formação em que uma modalidade de curso se acrescente à outra. Foi publicado anteriormente em PIMENTA, Selma G. (Coord.), *Pedagogia, Ciência da Educação?*, São Paulo, Cortez, 1996.

O capítulo III oferece uma contribuição para um entendimento mais amplo dos significados e extensões do termo educação, das modalidades de práticas educativas (informal, não-formal, formal) e sua integração e articulação no sistema educacional, tentando explicitar o conteúdo do educativo, objeto de estudo da teoria pedagógica. O texto original foi publicado em *Inter-Ação* (Revista da Faculdade de Educação da UFG), 17 (1-2):1-21, jan./dez. 1993.

O capítulo IV dedica-se à discussão da problemática epistemológica do campo do conhecimento pedagógico, incluindo uma parte histórica e outra de considerações teóricas, visando compreender a ciência pedagógica, seu objeto — a prática educativa em contextos sociais determinados — e a didática como disciplina pedagógica. O texto foi publicado anteriormente em PIMENTA, Selma G. (Org.). *Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal*. São Paulo, Cortez, 1997.

O capítulo V propõe-se a situar a Pedagogia no contexto das novas realidades econômicas, políticas e culturais do mundo contemporâneo e no embate entre o pensamento moderno e as teorias sociais do pós-moderno. Apresenta algumas propostas assertivas para a escola, acreditando no seu papel democrático de ajudar os alunos a desenvolver uma razão crítica. O tex-

to foi publicado antes em GHIRALDELLI Jr., Paulo. *Infância, Escola e Modernidade*, São Paulo, Cortez/Editora UFPR, 1996.

Muitos colegas e instituições têm créditos na concepção dos textos reunidos neste livro, como incentivadores ou interlocutores. Entre as instituições, menciono a Faculdade de Educação da UFG, onde trabalhei quase vinte anos, a Universidade Católica de Goiás (UCG), para onde retornei recentemente, o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) e o Programa de Pós-Graduação em Educação da Unesp-Marília, nas quais tive o prazer de trabalhar nos últimos anos, nas duas últimas temporariamente. É impossível deixar de agradecer a meus alunos dessas instituições, que só me deram alegria pelo respeito profissional, pela dedicação e pela preciosa interlocução intelectual e afetiva. Agradeço, especialmente, a Selma Garrido Pimenta e a Paulo Ghiraldelli Jr. a cessão de textos publicados anteriormente em obra coletiva organizada por eles. Igualmente, agradeço à Revista Inter-Ação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Nos últimos anos, a primeira leitora de meus textos tem sido Lana, minha mulher, que compartilha comigo os sabores e dissabores do cotidiano e os mesmos ideais profissionais e políticos. Preciosos amigos e amigas têm tido a paciência de ler e discutir meus trabalhos ou, ao menos, de me ouvir. Agradeço a todos, mas lembro-me especialmente de Selma Garrido Pimenta, Cipriano Luckesi, Maria Rita N.S. de Oliveira, Paulo Ghiraldelli Jr., Antonio Joaquim Severino, Iria Brzezinski, Ivani Fazenda, Ilma Alencastro Veiga, Maria Inês Laranjeira, Antonio Carlos Maximo, José C. Fusari. Em Goiânia, tenho um carinho especial aos meus ex-orientandos e hoje parceiros intelectuais, e outros amigos e amigas, entre eles Maria Augusta, Valter, Sandramara, Mirza, Dalva, Verbena, Maria Francisca, Sueli, Beatriz, Marília Miranda, Yvone, João Ferreira, Mitsuko.

CAPÍTULO I

O CAMPO DO CONHECIMENTO PEDAGÓGICO E A IDENTIDADE PROFISSIONAL DO PEDAGOGO

As questões referentes ao campo de estudo da Pedagogia, da estrutura do conhecimento pedagógico, da identidade profissional do pedagogo, do sistema de formação de pedagogos e professores, freqüentam o debate em todo o país há quase vinte anos nas várias organizações científicas e profissionais de educadores. Entretanto, não só os resultados desse movimento foram muito modestos, como tem sido difícil aos educadores obter um mínimo de consenso sobre elas. Os problemas e dilemas continuam, persistem velhos preconceitos, mantém-se apego a teses ultrapassadas, às vezes com o frágil argumento de que são conquistas históricas. É o que se pode ver por exemplo na insistência em temas como: a docência como base da identidade profissional de todo educador, a divisão do trabalho na escola, a separação conteúdo-métodos, a escola como local de trabalho capitalista. Junto a essas dificuldades, é visível que a profissão de pedagogo, como a de professor, tem sido abalada por todos os lados: baixos salários, deficiências de formação, desvalorização profissional implicando baixo *status* social e profissional, falta de condições de trabalho, falta de profissionalismo etc. Esses fatores, por sua vez, rebatem na desqualificação aca-

dêmica da área, fazendo com que docentes e pesquisadores de outras áreas desconheçam a especificidade da Pedagogia, embora a critiquem. Este livro pretende trazer uma parcela dessas questões para o debate, especialmente tentando oferecer subsídios para a discussão sobre o campo científico da Pedagogia e o exercício profissional do pedagogo.

Um conceito ampliado de educação e de Pedagogia

Um dos fenômenos mais significativos dos processos sociais contemporâneos é a ampliação do conceito de educação. Não que isso não tivesse sido constatado antes por filósofos, sociólogos, antropólogos e até pedagogos. Um deles, o antropólogo Carlos Brandão, expressou bem essa idéia quando escreveu em seu *O que é educação*, em 1981:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. (...) Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é seu único praticante.

Mas é evidente que as transformações contemporâneas contribuíram para consolidar o entendimento da educação como fenômeno plurifacetado, ocorrendo em muitos lugares, institucionalizado ou não, sob várias modalidades.

Os vários capítulos deste livro se propõem a mostrar que essa ampliação do conceito de educação, decorrente da complexificação da sociedade e da diversificação das atividades educativas, não poderia deixar de afetar a Pedagogia, tomada como teoria e prática da educação. Em várias esferas da sociedade surge a necessidade de disseminação e internalização

de saberes e modos de ação (conhecimentos, conceitos, habilidades, hábitos, procedimentos, crenças, atitudes), levando a práticas pedagógicas. Mesmo no âmbito da vida privada, diversas práticas educativas levam inevitavelmente a atividades de cunho pedagógico na cidade, na família, nos pequenos grupos, nas relações de vizinhança. Em resumo, estamos diante de uma sociedade genuinamente pedagógica (cf. Beillerot, 1985).

De fato, vem se acentuando o poder pedagógico de vários agentes educativos formais e não-formais. Ocorrem ações pedagógicas não apenas na família, na escola, mas também nos meios de comunicação, nos movimentos sociais e outros grupos humanos organizados, em instituições não-escolares. Há intervenção pedagógica na televisão, no rádio, nos jornais, nas revistas, nos quadrinhos, na produção de material informativo, tais como livros didáticos e paradidáticos, enciclopédias, guias de turismo, mapas, vídeos e, também, na criação e elaboração de jogos, brinquedos. A mídia atua na modificação de estados mentais e afetivos das pessoas não apenas pela propaganda, mas também disseminando saberes e modos de agir nos campos econômico, político, moral, veiculando mensagens educativas, relacionadas com drogas, preservação ambiental, saúde, comportamentos sociais etc. Nas empresas, há atividades de supervisão do trabalho, orientação de estagiários, formação profissional em serviço. Na esfera dos serviços públicos estatais, disseminam-se várias práticas pedagógicas de assistentes sociais, agentes de saúde, agentes de promoção social nas comunidades etc. Ampliam-se programas sociais de medicina preventiva, informação sanitária, orientação sexual, recreação, cultivo do corpo. Ano a ano aumenta o número de congressos, simpósios, seminários. Desenvolvem-se em todo o lugar iniciativas de formação continuada nas escolas, nas indústrias. As empresas reconhecem a necessidade de formação geral como requisito para enfrentamento da intelectualização do processo produtivo.

Considerando-se, ainda, os vínculos entre educação e economia, as mudanças recentes no capitalismo internacional colocam novas questões para a Pedagogia. O mundo assiste hoje a

intensas transformações, como a internacionalização da economia, as inovações tecnológicas em vários campos como a informática, a microeletrônica, a bioenergética. Essas transformações tecnológicas e científicas levam à introdução, no processo produtivo, de novos sistemas de organização do trabalho, mudança no perfil profissional e novas exigências de qualificação dos trabalhadores, que acabam afetando os sistemas de ensino. Não é casual que parcela do empresariado, surpreendentemente, esteja redescobrando a escola básica além do interesse por processos de requalificação profissional. De fato, com a “intelectualização” do processo produtivo, o trabalhador não pode mais ser improvisado. São requeridas novas habilidades, mais capacidade de abstração, de atenção, um comportamento profissional mais flexível. Para tanto, repõe-se a necessidade de formação geral, implicando reavaliação dos processos de aprendizagem, familiarização com os meios de comunicação e com a informática, desenvolvimento de competências comunicativas, de capacidades criativas para análise de situações novas e modificáveis, capacidade de pensar e agir com horizontes mais amplos. Por mais que se reconheça que as transformações na educação decorrem de necessidades e exigências geradas pela reorganização produtiva e pela competitividade no âmbito das instituições capitalistas, portanto, com um caráter economicista, tecnocrático e expoliador, é notório que nos encontramos diante de novas realidades em relação ao conhecimento e à formação.

Verifica-se, pois, uma ação pedagógica múltipla na sociedade. O pedagógico perpassa toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo esferas mais amplas da educação informal e não-formal. Apesar disso, não deixa de ser surpreendente que instituições e profissionais cuja atividade está permeada de ações pedagógicas desconheçam a teoria pedagógica.

Com efeito, apesar dessa evidente redescoberta da Pedagogia como campo de estudos específicos relacionados com as práticas educativas, essa mesma Pedagogia está em baixa entre intelectuais e profissionais do meio educacional, desde quando,

em meados dos anos 80, o posicionamento de um segmento dos educadores identificando a Pedagogia com as “habilitações profissionais”, fez reduzir nas faculdades de educação os estudos específicos de Pedagogia. Hoje em dia, muitos pedagogos parecem estar se escondendo de sua profissão ou, ao menos, precisando justificar cotidianamente seu trabalho. Por razões ainda muito pouco esclarecidas, boa parte dos sociólogos da educação, psicólogos da educação, filósofos da educação que têm seus empregos e suas pesquisas em faculdades de educação, mobilizam-se pela desativação dos estudos específicos da Pedagogia. Essa posição ainda persiste por conta dos vários reducionismos de que é refém o campo do educativo, especialmente o sociologismo e o psicologismo, sem que os pedagogos consigam ordenar seu próprio discurso e sua própria prática profissional para fazer o contraponto aos seus críticos. Não se trata, de nenhum modo, de negar os aportes das ciências da educação para a construção do objeto de estudo da Pedagogia, a prática educativa, que, por natureza, é pluridimensional. O que a teoria pedagógica faz é integrar num todo articulado os diferentes processos analíticos que correspondem aos objetos específicos (e parciais) de estudo de cada uma das ciências da educação (Sarramona & Marques, 1985), conforme se buscará comprovar ao longo deste livro.

Pedagogia como teoria e prática da educação

Há uma idéia de senso comum, inclusive de muitos pedagogos, de que Pedagogia é o modo como se ensina, o modo de ensinar a matéria, o uso de técnicas de ensino. O *pedagógico* aí diz respeito ao metodológico, aos procedimentos. Trata-se de uma idéia simplista e reducionista.

A meu ver, a Pedagogia ocupa-se, de fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma

diretriz orientadora da ação educativa. O *pedagógico* refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sociopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa. Nesse entendimento, o fenômeno educativo apresenta-se como expressão de interesses sociais em conflito na sociedade. É por isso que a Pedagogia expressa finalidades sociopolíticas, ou seja, uma direção explícita da ação educativa. É devido a esse caráter sócio-histórico que o pedagogo polonês Suchodolski considera a Pedagogia uma ciência sobre a atividade transformadora da realidade educativa.

O didata alemão Schmied-Kowarzik chama a Pedagogia de ciência *da e para* a educação, teoria e prática da educação. Tem, portanto, um caráter explicativo, praxiológico e normativo da realidade educacional. Também o pedagogo francês Jean Houssaye escreve que “a Pedagogia busca unir a teoria e a prática a partir de sua própria ação. É nesta produção específica da relação teoria-prática em educação que a Pedagogia tem sua origem, se cria, se inventa e se renova” (1996).

Pedagogia é, então, o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, isto é, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos da configuração da atividade humana. Nesse sentido, educação é *o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais*. É uma prática social que atua na configuração da existência humana individual e grupal, para realizar nos sujeitos humanos as características de “ser humano”. Numa sociedade em que as relações sociais baseiam-se em relações de antagonismo, em relações de exploração de uns sobre outros, a educação só pode ter cunho emancipatório, pois a humanização plena implica a transformação dessas relações.¹

1. Caso não tivesse esse vínculo com a práxis humana, implicando a crítica dessa práxis e uma consciência prática, a Pedagogia perderia sua capacidade de influir na práxis e se tornaria “uma ciência profissional pragmática do profes-

São esses processos formativos que constituem o objeto de estudo da Pedagogia. Mas, como já se mencionou, o campo do educativo é bastante vasto, porque a educação ocorre na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política. Com isso, cumpre distinguir diferentes manifestações e modalidades de prática educativa, tais como a educação informal, não-formal e formal. A *educação informal* corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas. A *educação não-formal* seria a realizada em instituições educativas fora dos marcos institucionais, mas com certo grau de sistematização e estruturação. A *educação formal* compreenderia instâncias de formação, escolares ou não, onde há objetivos educativos explícitos e uma ação intencional institucionalizada, estruturada, sistemática. Há uma interpenetração constante entre essas três modalidades que, embora distintas, não podem ser consideradas isoladamente.² Se há muitas práticas educativas, em muitos lugares e sob variadas modalidades, há, por consequência, várias pedagogias: a pedagogia familiar, a pedagogia sindical, a pedagogia dos meios de comunicação etc., e também a pedagogia escolar.

Essas considerações visam demonstrar que existe uma problemática educativa peculiar, um terreno de investigação próprio da Pedagogia e do qual nenhum outro campo do conheci-

sor, mera transmissora de conhecimentos para o domínio das aptidões técnicas e artesanais da orientação do ensino, submetida a objetivos determinados politicamente” (Schmied-Kowarzik, 1983).

2. Uma exposição mais detalhada dessas modalidades de educação é feita no Capítulo III. Esta discussão liga-se diretamente à atual diversificação dos agentes educativos para além dos tradicionais (família, escola, comunidade), expandindo-se para os meios de comunicação e informação, o espaço urbano, os grupos humanos organizados, os movimentos sociais, de modo que se poderia falar também em agências formais e não-formais.

mento se ocupa. Mas o que é esse *educativo* propriamente dito? Procurei mostrar anteriormente que o conceito ampliado de educação caracteriza-a como prática social, portanto enraizada no contexto geral da sociedade, e inclui como agentes educativos múltiplas instituições e práticas. Schmied-Kowarzik escreve:

A educação é uma função parcial integrante da produção e reprodução da vida social, que é determinada por meio da tarefa natural, e ao mesmo tempo cunhada socialmente, da regeneração de sujeitos humanos, sem os quais não existiria nenhuma práxis social. A história do progresso social é simultaneamente também um desenvolvimento dos indivíduos em suas capacidades espirituais e corporais e em suas relações mútuas. A sociedade depende tanto da formação e da evolução dos indivíduos que a constituem, quanto estes não podem se desenvolver fora das relações sociais (1983).

A educação associa-se, pois, a processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente organizado e, com isso, ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas, valores etc. É intrínseco ao ato educativo seu caráter de mediação que favorece o desenvolvimento dos indivíduos na dinâmica sociocultural de seu grupo, *sendo que o conteúdo dessa mediação são os saberes e modos de ação*. É esta idéia-força que explica as várias educações, suas modalidades e instituições, entre elas a educação escolar. Também daí decorrem as várias projeções do educativo em projetos nacionais, regionais, locais, que expressam intenções e ações logo materializadas nos currículos. A *Pedagogia*, mediante conhecimentos científicos, filosóficos e técnico-profissionais, investiga a realidade educacional em transformação, para explicitar objetivos e processos de intervenção metodológica e organizativa referentes à transmissão/assimilação de saberes e modos de ação.³ Ela visa ao enten-

3. Beillerot (1985) apresenta uma definição de ação pedagógica: “uma prática, ou seja, um conjunto de comportamentos e ações conscientes e voluntá-

dimento, global e intencionalmente dirigido, dos problemas educativos e, para isso, recorre aos aportes teóricos providos pelas demais ciências da educação. Por sua vez, *pedagogo* é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica.

Vejam os mais de perto o sentido de *trabalho pedagógico*. O que define algo — um conceito, uma ação, uma prática — como sendo *pedagógico*? Mencionei, anteriormente, que há práticas de educação informal, não-formal e formal, caracterizando a educação informal com não-intencional, isto é, sem objetivos explícitos, sem o caráter de institucionalidade e estruturação, e as outras duas como intencionais. A Pedagogia ocupa-se da educação intencional. Como tal, investiga os fatores que contribuem para a construção do ser humano como membro de uma determinada sociedade, e os processos e meios dessa formação. Os resultados obtidos dessa investigação servem de orientação da ação educativa, determinam princípios e formas de atuação, ou seja, dão uma direção de sentido à atividade de educar.

O que acabo de afirmar leva a destacar duas características fundamentais do ato educativo intencional: primeira, precisamente a de ser uma atividade humana *intencional*; segunda, a de ser uma prática social. No primeiro caso, sendo a educação uma relação de influências entre pessoas, há sempre uma intervenção voltada para fins desejáveis do processo de formação, conforme opções do educador quanto à concepção de homem e sociedade; ou seja, existe sempre uma intencionalidade educativa, implicando escolhas, valores, compromissos éticos. No

rias de transmissão de saberes (...) por explicações que apelam à razão de uma ou mais pessoas, com a finalidade de: 1) modificar os comportamentos, os afetos, as representações dos ensinados... (aptidão para a mudança); 2) fazer adquirir métodos e regras fixas que permitam fazer face a situações conhecidas que se reproduzem com regularidade (aptidão para a resolução de problemas dados); fazer agir”.

segundo caso, a educação é um fenômeno social, ou melhor, uma prática social que só pode ser compreendida no quadro do funcionamento geral da sociedade da qual faz parte. Isto quer dizer que as práticas educativas não se dão de forma isolada das relações sociais que caracterizam a estrutura econômica e política de uma sociedade, estando subordinadas a interesses sociais, econômicos, políticos e ideológicos de grupos e classes sociais. Sendo assim, ao investigar questões atinentes à formação humana e práticas educativas correspondentes, a Pedagogia começa perguntando que interesses estão por detrás das propostas educacionais. Precisamente por isso, a ação pedagógica dá uma direção, um rumo às práticas educativas, conforme esses interesses. *O processo educativo se viabiliza, portanto, como prática social precisamente por ser dirigido pedagogicamente.* Em outras palavras, é o caráter pedagógico que introduz o elemento diferencial nos processos educativos que se manifestam em situações históricas e sociais concretas. Sobretudo pelo fato de a prática educativa desenvolver-se no seio de relações entre grupos e classes sociais é que se ressalta a mediação pedagógica para determinar finalidades sociopolíticas e formas de intervenção organizativa e metodológica do ato educativo.

Em síntese, dizer do caráter pedagógico da prática educativa, é dizer que a Pedagogia, a par de sua característica de cuidar dos objetivos e formas metodológicas e organizativas de transmissão de saberes e modos de ação em função da construção humana, refere-se, explicitamente, a objetivos éticos e a projetos políticos de gestão social.

E o campo do didático? Na linguagem comum é frequente a identificação entre o pedagógico e o didático, ou seja, fala-se indistintamente de ações pedagógicas e ações didáticas. A meu ver, não são termos sinônimos. O didático refere-se especificamente à teoria e prática do ensino e aprendizagem, considerando-se o ensino como um tipo de prática educativa, vale dizer, uma modalidade de trabalho pedagógico. Dessa forma, o trabalho docente é pedagógico porque é uma atividade intencional, implicando uma direção (embora nem todo trabalho pedagógico seja trabalho docente). O que significa dizer que todo ensino

supõe uma “pedagogização”, isto é, supõe uma direção pedagógica (intencional, consciente, organizada), para converter as bases da ciência em matéria de ensino.⁴

O desenvolvimento mais recente da teoria pedagógica tem acentuado de forma mais pontual o cunho prático-teórico da Pedagogia (Suchodolski, 1977, Schmied-Kowarzik, 1983, Houssaye, 1996, Contreras Domingo, 1997, Pimenta, 1997). Suchodolski utiliza os termos ciência prática e ciência teórica, pretendendo superar as dicotomias entre a teoria e a prática, de modo que a Pedagogia possa constituir-se como teoria prática e prática teórica. Por sua vez, escreve Houssaye:

Por definição, o pedagogo não pode ser nem um puro e simples prático nem um puro e simples teórico. Ele está entre os dois. A ligação deve ser ao mesmo tempo permanente e irreduzível, porque não pode existir um fosso entre a teoria e a prática. É esta abertura que permite a produção pedagógica. Em consequência, o prático em si mesmo não é um pedagogo, é mais um utilizador de elementos, de idéias ou de sistemas pedagógicos. Mas o teórico da educação como tal não é também um pedagogo; pensar o ato pedagógico não basta. Somente será considerado pedagogo aquele que fará surgir um “mais” na e pela articula-

4. “Pedagogizar” a ciência a ser ensinada significa submeter os conteúdos científicos a objetivos explícitos de cunho ético, filosófico, político, que darão uma determinada direção (intencionalidade) ao trabalho com a disciplina e a formas organizadas do ensino. Nesse sentido, converter a ciência em matéria de ensino é colocar parâmetros pedagógico-didáticos na docência da disciplina, ou seja, juntar os elementos lógico-científicos da disciplina com os político-ideológicos, éticos, psicopedagógicos e os propriamente didáticos. Isso quer dizer que para ensinar Matemática não basta ser um bom especialista em Matemática. É preciso que o professor agregue o pedagógico-didático, ou seja: que conteúdos da Matemática-ciência devem constituir-se na Matemática-matéria de ensino visando à formação dos alunos? A que objetivos sociopolíticos serve o conhecimento escolar da Matemática? Que representações, atitudes, convicções são formadas em cima do conhecimento matemático? Ou, que habilidades, hábitos, métodos, modos de agir, ligados a essa matéria, podem auxiliar os alunos a agirem praticamente diante de situações concretas da vida? Que seqüência de conteúdos é mais adequada à aprendizagem dos alunos, considerando sua idade, nível de escolarização, conceitos já disponíveis dos alunos etc.?

ção teoria-prática na educação. Tal é a caldeira da fabricação pedagógica (Houssaye, 1996).

Contreras Domingo (1997) raciocina de modo semelhante em relação à Didática, acentuando o caráter prático dessa disciplina no sentido de que toma o conhecimento teórico com intenção prática, isto é, a serviço do conhecimento profissional do professor. O conhecimento provido pela didática é o que permite uma contínua reelaboração da experiência profissional, de modo que o professor possa pensar sobre sua ação.

Pimenta tem sugestivas contribuições nessa linha, em trabalhos sucessivos que vem publicando desde 1994 a partir de posições de vários autores sobre a natureza da Pedagogia e da ação pedagógico-didática. Defende a Pedagogia como ciência da prática da educação, seu ponto de partida é a prática e a ela se dirige. São as demandas da prática efetiva que irão dar configuração aos saberes da docência: saberes da experiência, saberes científicos e saberes pedagógicos. A idéia que desenvolve é a de que o ensino ocorre em contextos sociais específicos, tais como as aulas, as escolas, os sistemas de ensino, as culturas e que é preciso conhecer essa prática estabelecendo nexos e relações entre esses contextos; para isso, a teoria torna-se indispensável.

A noção de Pedagogia como ciência prática ou ciência da e para a educação foi trabalhada sistematicamente por pedagogos marxistas. Há mais de vinte anos, por exemplo, Schimied-Kowarzik (edição alemã, 1974, brasileira, 1983) situava a Pedagogia ao lado da Ética e da Política como ciências práticas, para as quais se exige uma teoria que não tem seu objetivo em si mesma, mas na realização efetiva de uma atividade humana de sentido determinado e que, portanto, são ciências da práxis para a práxis. Para esse autor, a Pedagogia dialética representa a exigência, ainda a ser realizada, do auto-encontrar-se da Pedagogia como ciência da e para a práxis educacional, transformando-se por isso na determinação de objetivos pedagógicos a partir da e para a práxis.

Este entendimento permite afirmar que são pedagogos *lato sensu* os professores de todos os níveis de ensino e os demais profissionais que se ocupam de domínios e problemas da prática educativa, especialmente no campo dos saberes e modos de ação, em suas várias manifestações e modalidades; eles são, genuinamente, pedagogos. Certamente, é também legítimo identificar como pedagogos *stricto sensu* aqueles especialistas que, sem restringir sua atividade profissional ao ensino, dedicam-se a atividades de pesquisa, documentação, formação profissional, gestão de sistemas escolares e escolas, coordenação pedagógica, animação sociocultural, formação continuada em empresas, escolas e outras instituições.

A Pedagogia e as ciências da educação

A Pedagogia não é, certamente, a única área científica que tem a educação como objeto de estudo. Também a Sociologia, a Psicologia, a Economia, a Lingüística, podem ocupar-se de problemas educativos, para além de seus próprios objetos de investigação e, nessa medida, os resultados de seus estudos são imprescindíveis para a compreensão do educativo. Entretanto, cada uma dessas ciências aborda o fenômeno educativo sob a perspectiva de seus próprios conceitos e métodos de investigação. É a Pedagogia que pode postular o educativo propriamente dito e ser ciência integradora dos aportes das demais áreas. Isso significa que, embora não ocupe lugar hierarquicamente superior às outras ciências da educação, tem um lugar diferenciado.⁵

5. Houssaye, neste ponto, tem posição incisiva, conforme a leitura de Pimenta (1997). Primeiro, afirma que a Pedagogia não tem sua origem nas ciências da educação, porque estas não podem fornecer a prática, indispensável à elaboração pedagógica. Tais ciências tratam de saberes *sobre* a educação e a pedagogia, e não de *saberes pedagógicos*, que são constituídos a partir da prática. Segundo, que é a Pedagogia que pode construir esses saberes a partir de necessidades pedagógicas postas pelo real, para além dos esquemas apriorísticos das ciências da educação. E se estas desejarem ocupar-se da prática pedagógica, que recorram à pedagogia.

A Pedagogia, com isso, é um campo de estudos com identidade e problemáticas próprias. Seu campo compreende os elementos da ação educativa e sua contextualização, tais como o aluno como sujeito do processo de socialização e aprendizagem; os agentes de formação (inclusive a escola e o professor); as situações concretas em que se dão os processos formativos (entre eles o ensino); o saber como objeto de transmissão/assimilação; o contexto socioinstitucional das instituições (entre elas as escolas e salas de aula). Resumidamente, o objetivo do pedagógico se configura na relação entre os elementos da prática educativa: o sujeito que se educa, o educador, o saber e os contextos em que ocorre.

Não é difícil constatar que nenhuma das chamadas ciências da educação trata especificamente desta problemática. Quando um psicólogo investiga ou atua no campo educacional, ele aplica aí os conceitos e métodos da Psicologia, e os resultados que obtém são de ordem psicológica (Estrela, 1992). O mesmo ocorre com a Sociologia, Economia etc. A Pedagogia integra os enfoques parciais dessas diversas ciências em razão de uma aproximação global e intencionalmente dirigida aos problemas educativos e, nesse caso, os saberes dessas ciências convertem-se em saberes pedagógicos. Houssaye, citado por Pimenta (1997), diz que o retorno à Pedagogia ocorrerá se as ciências da educação deixarem de partir de diferentes saberes específicos e começarem a tomar a prática dos formados como o ponto de partida e de chegada para seus objetos de estudo.

A formação de pedagogos

Finalmente, uma palavra sobre o sistema de formação de pedagogos. O curso de Pedagogia deve formar o pedagogo *stricto sensu*, isto é, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas socio-educativas de tipo formal e não-formal e informal, decorrentes de novas realidades — novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação das formas de lazer, mudanças nos ritmos de vida, presença dos

meios de comunicação e informação, mudanças profissionais, desenvolvimento sustentado, preservação ambiental — não apenas na gestão, supervisão e coordenação pedagógica de escolas, como também na pesquisa, na administração dos sistemas de ensino, no planejamento educacional, na definição de políticas educacionais, nos movimentos sociais, nas empresas, nas várias instâncias de educação de adultos, nos serviços de psicopedagogia e orientação educacional, nos programas sociais, nos serviços para a terceira idade, nos serviços de lazer e animação cultural, na televisão, no rádio, na produção de vídeos, filmes, brinquedos, nas editoras, na requalificação profissional etc.

A caracterização de pedagogo *stricto sensu* é necessária para distingui-lo do profissional docente, já que todos os professores poderiam considerar-se, como já mencionado, pedagogos *lato sensu*. Por isso mesmo, importa formalizar uma distinção entre trabalho pedagógico (atuação profissional em um amplo leque de práticas educativas) e trabalho docente (forma peculiar que o trabalho pedagógico assume na sala de aula), separando portanto, curso de Pedagogia (de estudos pedagógicos) e cursos de licenciatura (para formar professores do ensino fundamental e médio). Caberia, também, entender que todo trabalho docente é trabalho pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente. Esse entendimento implica total discordância do mote do movimento de reformulação dos cursos de formação de educadores, hoje representado pela Anfope (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), herdado dos pareceres elaborados por Valnir Chagas: “a base da identidade profissional do educador é a docência”. A argumentação que se desenvolverá nos capítulos seguintes deste livro visa formular uma concepção de educador em que a base de sua identidade profissional seja a teoria e a prática em torno de saberes pedagógicos.

Em recente resenha do livro de Iria Brzezinski, *Pedagogia, pedagogos e formação de professores — Busca e movimento* (Libâneo, 1996), tomo posição mais explícita em relação ao movimento pela formação profissional de educadores.

No enfrentamento dos dilemas que ainda persistem, a ANFOPE precisa dar seguimento a questões inadiáveis em termos de políticas e diretrizes de formação de educadores, algumas delas já presentes em suas metas: 1) Reconhecimento da ampliação do conceito de práticas educativas e sua correspondência com uma diversidade de ações pedagógicas não restritas à escola (animação cultural, movimentos sociais, meios de comunicação, saúde pública, educação popular, educação ambiental, educação sindical, empresas etc.), abrindo o campo de exercício profissional do pedagogo. 2) Revigoração da pesquisa no âmbito da ciência pedagógica, aproximando-a mais das necessidades de intervenção teórica e prática na formação de professores e de pedagogos não-docentes. 3) Reavaliação da organização formal da formação inicial de pedagogos e docentes tendo como critério as práticas pedagógicas reais e as necessidades de formação continuada. 4) Maior investimento na investigação da profissionalidade de professores e especialistas, considerando as demandas educacionais da realidade contemporânea. 5) Reavaliação das possibilidades de consolidação da Faculdade ou Instituto ou Centro de Educação para a formação dos especialistas, dos cientistas da educação e dos docentes para o ensino fundamental e médio, em nível de graduação (como primeira instância), tendo como base as áreas do conhecimento pedagógico. 6) Total revisão das formas de articulação das Faculdades de Educação com as redes públicas de ensino, mediante esquemas de interligação entre formação inicial e formação continuada.

Presentemente, ante novas realidades econômicas e sociais, especialmente os avanços tecnológicos na comunicação e informação, novos sistemas produtivos e novos paradigmas do conhecimento, impõem-se novas exigências no debate sobre a qualidade da educação e, por conseqüência, sobre a formação de educadores. Não cabe mais uma visão empobrecida dos estudos pedagógicos, restringindo-os aos ingredientes de formação de licenciados. Não se trata de desvalorização da docência, mas de valorização da atividade pedagógica em sentido mais amplo, no qual a docente está incluída. Já chega a ser um atraso no âmbito das várias ciências da educação desconhecer a *sociedade pedagógica* que se institui hoje no mundo inteiro. É imperioso que a escola se incorpore a outras agências educativas

não-escolares como as formas de intervenção educativa urbana, os meios de comunicação, os movimentos sociais, as instituições culturais e de lazer, os centros de difusão de informação de variada natureza, de modo a assumir sua função de reordenadora e reestruturadora da cultura engendrada naqueles vários espaços sociais. Essa idéia de escola como “espaço de síntese” implica, ao mesmo tempo, a integração entre as múltiplas agências educativas e a acentuação das práticas de aprendizagem escolar. Quem quer que deseje continuar a ser chamado de “educador”, não pode ignorar a importância hoje dos processos educativos extra-escolares, especialmente os comunicacionais, nos quais está implicada de corpo inteiro a pedagogia.

Em face disso, é surpreendente que setores das chamadas “ciências auxiliares da educação” persistam na campanha de estigmatizar o campo da investigação pedagógica e didática, como se tivesse algum sentido fazer a análise crítica da educação na sociedade contemporânea sem referi-la ao ofício cotidiano de educar e ensinar nas salas de aula e em outras instâncias educativas. A meu ver, a saúde dos movimentos e organizações de educadores depende de uma reavaliação de questões como a transposição de modelos teóricos de outros países, a reserva de mercado de áreas de conhecimento, o preciosismo intelectual excludente, o distanciamento das demandas reais de escolas e professores, a sociologização exacerbada dos problemas educacionais etc., questões essas que têm levado a falsos argumentos contra a natureza epistemológica da Pedagogia e a identidade profissional do pedagogo.

Referências bibliográficas

- BEILLEROT, Jacky. *A sociedade pedagógica*. Porto, Rés Editora, 1985.
- BRANDÃO, Carlos R. *O que é educação*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- BRZEZINSKI, Iria. *Pedagogia, pedagogos e formação de professores — Busca e movimento*. Campinas, Papirus, 1996.
- CONTRERAS DOMINGO, José. *Enseñanza, currículum y profesorado*. Madrid, Akal, 1990.

- CONTRERAS DOMINGO, José. *La autonomía del profesorado*. Madrid, Morata, 1997.
- ESTRELA, Albano. *Pedagogia ou ciência da educação?* Porto, Porto Editora, 1992.
- HOUSSAYE, Jean. *Pédagogues contemporains*. Paris, Armand Colin, 1996.
- LIBÂNEO, José C. O ato pedagógico em questão: o que é preciso saber. *Revista Inter-Ação*, 17 (1-2): 111-25, jan.-dez. 1993.
- _____. Reestruturação da Faculdade de Educação da UFG. Apontamentos críticos sobre seu projeto curricular de formação de educadores e sua estrutura organizacional. *Cadernos de Educação*, Goiânia, n. 1, 1994.
- _____. Pedagogia, pedagogos e formação de professores — Busca e movimento. *Educação & Sociedade*, n. 57/Especial, dez. 1996. Resenha.
- PIMENTA, Selma G. Para uma re-significação da didática — Ciências da educação, Pedagogia e didática (uma revisão conceitual e uma síntese provisória). In. PIMENTA, Selma G. (Org.). *Didática e Formação de Professores — Percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal*. São Paulo, Cortez, 1997.
- SARRAMONA, Jaime & MARQUES, Salomé. *Qué es la Pedagogía? Una respuesta actual*. Barcelona, Ediciones CEAC, 1985.
- SCHMIED-KOWARZIK, W. *Pedagogia dialética*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SUCHODOLSKI, Bogdan. *La educación humana del hombre*. Barcelona, Laia, 1977.